

Márcio Pochmann fala ao SENGE-RJ

Júlia Gaspar

Depois de palestra no 8º CONSENGE, em Florianópolis, o presidente do Ipea, em entrevista aos diretores do SENGE-RJ, explica as três reformas (agrária, tributária e de bem-estar social), a conquista de uma “nova maioria” e o papel da mídia no movimento sindical

Páginas 4 e 5



Funcionários do CREA-RJ entregam Carta Aberta a Agostinho Guerreiro



Documento indica a atual situação da entidade e traz reivindicações Pág.3

A formação ferroviária perde um centro de referência

Escola Técnica Estadual de Transportes Silva Freire está abandonada pelo governo

Pág. 8

ENCARTE ESPECIAL
Confira entrevista com Sonia Rodrigues, candidata a diretora-administrativa da Mútua/CAIXA-RJ

É hora do carioca refletir: Eduardo Paes ou Gabeira?

O segundo turno das eleições no Rio promete uma disputa acirrada. Isto porque o impressionante impulso adquirido pela candidatura Gabeira nos últimos dias que antecederam as eleições colocou-o no centro dos acontecimentos deslocando os antigos e tradicionais contendores Garotinho e César Maia. O PMDB de Paes é o de Sérgio Cabral, e Gabeira do PV está aliado ao PSDB, partido que tem feito figura decorativa nos últimos pleitos. Com a saída de César Maia do proscênio, muito provavelmente a direita no Rio de Janeiro deixará de se articular através da prefeitura, o que já é um avanço político.

Surge então a pergunta que todos fazem. Quem apoiar? Gabeira tem a desvantagem de sua aliança com o PSDB, partido da nova direita brasileira, mas sem nenhuma expressão no Rio. Além disso, o PV descaracterizou-se inteiramente do ponto de vista ideológico fazendo alianças e ocupando cargos de confiança nos governos mais reacionários. Apesar disso, o candidato do PMDB tem outras desvantagens piores. Primeiro que é sustentado politicamente pelo governo Sérgio Cabral, que vem fazendo uma política desastrosa no campo da segurança pública, adotando a liquidação física das pessoas como troféu a ser exibido em praça pública. O fuzilamento sumário de uma família, a mãe e seus dois filhos na Tijuca nos dá uma idéia do tratamento que a polícia militar dispensa aos moradores dos bairros pobres. Não fosse isto, Sérgio Cabral vem liquidando também, de forma sumária, as empresas do estado numa espécie de neoliberalismo temporão. Quando o neoliberalismo no mundo entra em colapso e começa a ficar completamente desmoralizado, Sérgio Cabral se apresenta ao mundo como seu mais novo garoto-propaganda. Há sinceridade nisso?

Esta é a conjuntura. A escolha de um dos candidatos ainda depende do alinhamento de forças para o segundo turno e do rumo que ambas as campanhas vão tomar. De qualquer maneira, nos parece que o controle do governo e da prefeitura por Sérgio Cabral pode nos levar ao excessivo poder das forças de direita no Rio. Paes nunca foi pmdbista, não passando de um almofadinha e tucano depenado.

Um novo Plano de Metas

■ César Benjamin

Ainda há muitas dificuldades a vencer para transformar os campos do pré-sal em riqueza disponível, mas nenhuma delas é intransponível. A Petrobrás detém a qualificação técnica necessária para conduzir essa operação, e os custos estimados para a extração em regiões tão profundas, em torno de US\$ 35 o barril, continuarão sendo compatíveis com os preços praticados no mercado mundial. Tudo isso exigirá investimentos da ordem de centenas de bilhões de dólares, para uma expectativa de retorno da ordem de trilhões. A imensidão desses números dá a medida do que está em jogo.

O primeiro passo, é claro, é alterar o marco regulatório atual, concebido quando o barril de petróleo custava US\$ 13 e se considerava a prospecção uma atividade de alto risco. O preço do barril foi multiplicado por dez, e hoje sabe-se que perfurar o pré-sal praticamente não envolve risco nenhum. A alteração se faz necessária em duas direções principais: garantir que o Estado aumente substancialmente sua participação na riqueza produzida (hoje, no Brasil, essa participação varia de zero a 40%, enquanto, no mundo, ela fica na média de 84%, podendo chegar a mais de 90%). E devolver ao Estado a capacidade de determinar o ritmo da extração desse recurso não renovável; extrair em excesso significa, na prática, trocar petróleo por títulos do Tesouro dos Estados Unidos, um péssimo negócio. Sem alterar o marco regulatório atual, o debate sobre a criação de uma nova empresa estatal para gerir as reservas é mero *non sense*, pois esse novo ente federal não poderia escapar dos vícios da legislação em vigor.

Há, ainda, cuidados de natureza macroeconômica, especialmente com o câmbio. Em artigo neste espaço, Luis Carlos Bresser Pereira tratou do problema com competência e mostrou que ele pode ter solução. Outra preocupação legítima, a de garantir que essa riqueza chegue às gerações futuras, pode ser resolvida com

um Fundo Soberano bem concebido.

Mas o tratamento especificamente econômico da questão ainda me parece deficiente. Estados e municípios solicitam parcelas no bolo. Os ministros da Defesa, da Cultura e da Saúde pedem mais verbas para suas pastas, enquanto, o presidente Lula lembra a dívida social brasileira, com destaque para a educação. São reivindicações meritórias. Porém, pensar o pré-sal como fonte de recursos a serem distribuídos de forma balcanizada, cada região ou setor defendendo o seu pedaço, é produzir um debate de má qualidade, cujo limite é a esperança de melhorar, aqui e ali, de forma incremental, o que já fazemos.

A Nação não é uma soma de partes. Os enormes investimentos necessários para desenvolver os campos, de um lado, e as gigantescas receitas que podemos esperar deles, de outro, criam as condições para pensarmos sistemicamente como promover uma mutação na economia brasileira na próxima década. Isso exige coordenação de decisões. Estamos falando em todas as engenharias, desde as pesadas até as de precisão, em serviços altamente especializados, em construção naval, em equipamentos de todo tipo, em robótica e eletrônica, em ligas metálicas e siderurgia, em novos materiais, em infra-estrutura, em formação de mão-de-obra especializada, em pesquisa científica e tecnológica. Se conseguirmos articular tudo isso de maneira coerente, poderemos desenvolver na economia brasileira um núcleo industrial dinâmico e moderno, altamente demandante de trabalho qualificado. Sob esse ponto de vista, paradoxalmente, as dificuldades para extrair o petróleo em regiões tão profundas são uma bênção, justamente por exigirem tamanha cadeia produtiva e tanta inovação.

Está se abrindo uma chance que há muito não tínhamos. A chance de um novo Plano de Metas.

■ César Benjamin é cientista político.

Texto publicado originalmente na Folha de S. Paulo, em 6 de setembro de 2008.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE

Luiz Antonio Cosenza

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeier, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeier, José Stelberto Porto Soares e Luiz Antonio Cosenza.

CONSELHO FISCAL

Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; Suplentes: Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corvelo de Azeredo.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar (MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Julia Alfonso
Editoração e Produção Gráfica:
Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ - Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Servidores do CREA-RJ realizam ato com Agostinho Guerreiro

Funcionários entregam carta aberta com reivindicações ao presidente eleito do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

Júlia Gaspar

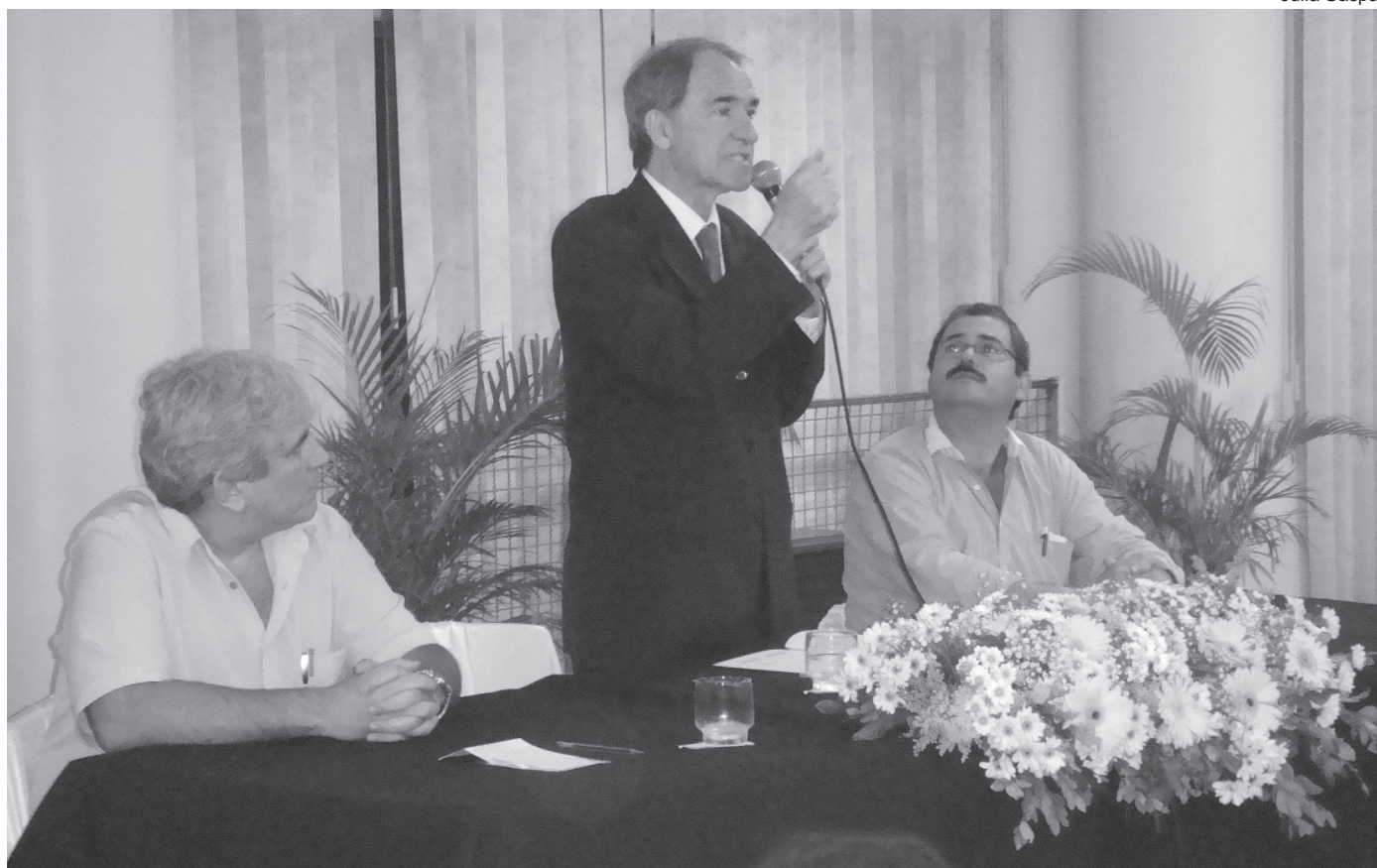
Júlia Gaspar

Os servidores do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ) realizaram um ato com o presidente eleito Agostinho Guerreiro, no qual entregaram a ele uma carta aberta, indicando a atual situação da entidade e as reivindicações necessárias. O encontro aconteceu no Clube de Engenharia, dia 26 de setembro, e foi uma iniciativa do Sindicato dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional no Rio de Janeiro (SINSAFISPRO) e da Associação dos Servidores do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (ASCREA-RJ), com o objetivo de dar início a uma nova fase de convívio democrático nas relações de trabalho e contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CREA-RJ ao corpo funcional e à sociedade.

Na mesa estavam o presidente eleito do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro, o presidente da ASCREA-RJ, Robson da Matta, e o presidente do SINSAFISPRO, José Walter Alves Júnior. Diretores e o presidente do SENGE-RJ, Luiz Antônio Cosenza, compareceram ao ato em apoio aos funcionários do CREA-RJ e ao presidente eleito.

Agostinho Guerreiro declarou: “o que está aqui colocado na carta vamos juntos conseguir superar”. Ele afirmou que a Carta Aberta representa um ato de democratização lutando por um novo momento no CREA-RJ:

– Um ato de coragem, tendo em vista que, no CREA-RJ, ainda reina um ambiente de muita repressão e perseguição; e, além de um ato de coragem, um ato que quer colaborar com um novo momento, um futuro tranquilo, engrandecer o CREA-RJ, corrigir os erros e termos um CREA-RJ forte junto com as entidades.



O presidente eleito do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro entre os presidentes da ASCREA-RJ e do SINSAFISPRO, Robson da Matta e José Walter Júnior

O presidente eleito do CREA-RJ disse que os trabalhadores querem também um reconhecimento mais justo da associação dos funcionários e do sindicato. E garantiu que as reivindicações que eles trazem, na maioria, não deveriam existir, pois são direitos legítimos:

– Eu fiquei até espantado de ver que daqueles 13 pontos da Carta Aberta, pelo menos 12 são direitos legítimos dos funcionários e, no entanto, eles trazem como reivindicação. Eu entendo que só o fato deles se reunirem, estarem aqui, enchendo o auditório, representa um novo momento para o CREA.

Agostinho Guerreiro afirmou: “precisamos respirar democracia no nosso ambiente de trabalho”. Ele também garantiu que a democratização do sistema

CONFEA/CREA é um compromisso, a primeira linha do seu programa.

O presidente da ASCREA-RJ, Robson da Matta, disse que acredita na relação de entendimento e parceria para o próximo ano, quando Agostinho Guerreiro tomará a posse do CREA-RJ:

– Para o programa de propostas, que é muito bom, do presidente eleito funcionar, é fundamental que haja diálogo com o corpo funcional e transparência nas relações de trabalho. A solução para os problemas está na parceria com os funcionários. Nós queremos, daqui a três anos, comemorar o sucesso da gestão do Agostinho Guerreiro no CREA-RJ.

O presidente do SINSAFISPRO, José Walter Alves Júnior, disse que a atual gestão do CREA-RJ perseguiu e

demitiu funcionários sem inquérito administrativo. Ele garantiu que os trabalhadores vêem a vitória de Agostinho Guerreiro com grande esperança:

– Um projeto que no nascedouro traz a união, uma coligação por um CREA-RJ mais democrático nos sensibilizou. Damos as boas vindas ao presidente eleito, em nome dos servidores e dos sindicatos.

**Confira a Carta Aberta
a Agostinho Guerreiro
na íntegra no site:
www.sengerj.org.br**

“Queremos um novo

Diretores do SENGE-RJ entrevistam o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, que falou sobre as reformas agrária, tributária (com finalidade distributiva) e de bem estar social, além da conquista de uma “nova maioria” e do papel da mídia na história do movimento sindical.

De passagem por Florianópolis, onde participou do 8º CONSENTEGE, entre os dias 3 e 6 de setembro, o Presidente Márcio Pochmann, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentou a palestra “Engenharia, Desenvolvimento e Inclusão Social” e concedeu uma breve entrevista a diretores do SENGE-RJ.

Durante sua conferência, Pochmann considerou que a situação atual é favorável, pela recuperação do mercado interno e pela possibilidade de transformar o Brasil numa referência em matriz energética, apesar de obstáculos monetários, como a inflação. Ele lamenta que o padrão de desenvolvimento de hoje seja da “economia do ter”, ou seja, ter coisas que não são usadas. “Esse padrão é degradante para o meio ambiente e para todos”, diz.

O presidente do Ipea acredita, ainda, que há uma incapacidade de superação da exclusão pelos estados nacionais. “Nosso desafio é a construção de outro padrão de estado, que dê conta da totalidade dos problemas”, declara. Sobre questões financeiras, ele considera necessária uma reforma na tributação, e afirmou também que há grandes avanços na produtividade, perceptíveis na circulação do mercado financeiro. Pochmann, no entanto, avisa: “Os ganhos de produtividade precisam ser repartidos” Para isso, ele propõe um novo padrão civilizatório.

Ainda na capital de Santa Catarina, os diretores Agamenon Oliveira, Olimpio Alves dos Santos e Clovis Nascimento entrevistaram Pochmann. Eles abordaram questões envolvendo as reformas agrária, tributária (com finalidade distributiva) e de bem estar social, além da conquista de uma “nova maioria” e do papel da mídia na história do movimento sindical.

Agamenon Oliveira: *Como você vê a questão das três reformas?*

– Não percebo uma evolução no sentido de realização de reformas. Temos um governo de programas, não de reformas. Não que ele não queira realizá-las, dada a capacidade de apoio político para a realização de mudanças. Isso, de certa maneira, é uma expressão direta da realidade latino-americana em torno de governos progressistas. É importante chamar a atenção para o fato que as experiências que estamos vendo agora de governos pós neo-liberais, dão-se num

cenário muito diferente daqueles de experiências progressistas que tivemos nos anos de 50 e 60 do século passado. Porque, naquela época, a América Latina e o Brasil viviam um quadro de reestruturação social de expansão da classe trabalhadora, da própria classe-média, enfim, o contexto político era mais favorável para a defesa e realização de reformas.

A experiência dos governos progressistas na América Latina, ao meu modo de ver, nesse período recente, deu-se num quadro de desestruturação social, de regressão econômica dos países. Portanto, são governos que resultam das promessas não cumpridas pelo neo-liberalismo e pela profunda desestruturação econômico-social que gerou. Então, são governos de reconstrução, que têm um componente diferente da agenda neo-liberal, mas que, ao meu modo de ver, não se trata de governos de reformas profundas. Evidentemente que em alguns se percebe isso mais concretamente. É preciso entender isso, para saber como os governos, embora sejam diferentes, têm uma perspectiva de fazer uma transformação.

Neste segundo governo Lula, há a estrutura de programas, o Plano de Aceleração do Crescimento, a Política de Desenvolvimento Produtivo, o Plano de Desenvolvimento Educacional. Estamos cheios de programas que estão dando resultados. Inclusive que aliviam a pobreza, reduzem a desigualdade no âmbito da renda, do trabalho. Mas, no ponto de vista de outras formas de renda, como a renda de propriedade, praticamente permanecem intocáveis. A proposta de reforma tributária, por exemplo, não toca na questão de justiça tributária. É importante do ponto de vista da eficiência econômica e da repartição do fundo tributário entre os estados, mas praticamente não toca na temática da desigualdade brutal. Em um país, no qual prevalece a regressão tributária, os ricos praticamente não pagam impostos.

Olimpio Alves dos Santos: *Fale sobre a conquista de uma “nova maioria”.*

– Um governo de transformação é aquele que libera a maioria. O ciclo eleitoral, que se inicia em 1985 e vai até 2010, foi importante na história brasileira, que consagrou praticamente todas as forças políticas que estiveram na luta pela transição da ditadura para o

“
O movimento organizado descredita as organizações democráticas



regime democrático. A impressão que eu tenho é que, a partir de 2010, entrará outro ciclo, com possíveis governantes/presidentes que não estiveram diretamente relacionados à luta dos anos 60 e 70. Salvo se o Serra ganhar a eleição, é um homem aí dos anos 50 e 60. Mas fora isso, os demais, de certa maneira, dizem respeito a uma geração mais nova.

Eu estou dizendo isso, basicamente, para chamar a atenção, que este ciclo que nós vivemos desde 1985, que se encerra em 2010, na verdade, foi de disputa pelos setores que lutaram pela democracia, que se tornaram lideranças. Eles, na verdade, disputaram entre si, para saber quem governava com a direita. Na experiência do PSDB, qual era a composição? Era com o PFL. O governo Lula tem uma disputa para liderar uma outra direita. Este foi um ciclo de governo, de procurar liderar e empurrar o atraso à direita. O ciclo pós 2010 é que talvez se dê desenvolvimento dessa perspectiva, então a oportunidade de reformas, no meu modo de ver, é maior. Mas isso depende, evidentemente, da construção dessa maioria, que está diretamente relacionada a um segmento que não

padrão civilizatório”

Júlia Gaspar



Márcio Pochmann,
presidente do IPEA

participam, praticamente, das organizações ditas de interesse. Esses novos segmentos da classe-média se identificam com o quê? Com a igreja? As lideranças sociais, que são dos movimentos sindicais, têm outro perfil, aquele, inclusive, do “como eu vou me dar bem”. Então, é uma sociedade mais complexa, nesse sentido, a conformação de uma maioria política não pode ser dada apenas com as representações ditas de interesse, mas também com esses segmentos que estão à margem, que, inclusive, são fortemente influenciados pela opinião pública. E a opinião pública, no nosso país, não é a opinião do público, é a opinião publicada. Então, a disputa, ao meu modo de ver, se dá cada vez mais pela capacidade de se disputar a própria opinião pública. Vejam que os empresários, os patrões são muito mais espertos, vira e mexe, eles estão fazendo pesquisa de opinião pública. Essas pesquisas de opinião pública são, na verdade, para passar valores e idéias.

O movimento sindical não se deu conta da importância de disputar a opinião pública. Uma greve, uma paralisação, um movimento lá em Brasília, de levar 20, 30, ou 40 mil pessoas tem uma importância pontual. Uma pesquisa de opinião pública, uma coordenação nos organismos de comunicação dos sindicatos, do movimento social, tem um valor, talvez, superior.

Clovis Nascimento: *Comente a história da mídia nesse processo.*

– Nós estamos vivendo uma outra fase, é como se estivéssemos voltando ao século XIX e percebendo que os antigos sindicatos de ofício não davam conta de uma organização para os novos segmentos sociais. O sindicato de ofício não deu conta e ao não dar conta, surgiu um novo sindicalismo. Nós temos a estrutura sindical, que tem recursos, manipula de 1,5 a 2 % do PIB, não é pouca coisa, é um sindicalismo rico no Brasil, mas que opera com uma estrutura muito pesada.

E há uma estrutura de imprensa jornalística. Se você contabilizar a quantidade de jornais que são feitos em sindicatos, é muito maior do que na chamada gran-

de imprensa. A grande imprensa está aqui, mas ela é “burra”, porque é fragmentada, corporativa. Não é o caso aqui, mas, vejamos, os jornais dos sindicatos: você abre e, de dez páginas de jornal, tem 10 fotos do presidente. O DIEESE vivendo com dificuldades e vai ter lá uma matéria econômica, é a Myrian Leitão, sei lá quem, falando sobre economia. Nós aproveitamos muito mal. Na verdade, é o seguinte, como se faz essa maioria, do ponto de vista estratégico, é a reinvenção da nossa relação não apenas para os trabalhadores melhor inseridos, mas com esses novos segmentos sociais que estão aí ganhando dimensão.

Que tipo de comunicação se deve ter, isso é estratégico. É preciso operar com pesquisas, articulações e técnicas. Não é só a grande empresa que opera com

“
“
A opinião
pública não é a
opinião do
público, é a
opinião
publicada

pesquisas, os sindicatos têm que saber trabalhar com pesquisa, entender a cabeça daqueles que pretendem representar. Precisamos melhorar a nossa capacidade de comunicação, trabalhar cada vez mais com pesquisa, que diz respeito à formação de um novo tipo de quadro de sindicalistas. Precisamos também melhorar a aplicação dos recursos, os sindicatos têm dinheiro e não operam de forma inteligente esses recursos. Porque você pega uma empresa, tem lá os MBAs, tem gente colocando

dinheiro nas principais consultorias e aplicações. Saber fazer mais com os mesmos recursos não é pouca coisa.

Então, melhor manipulação do dinheiro, melhor formação de quadros e melhor comunicação. Eu não encontro outra alternativa para enfrentar o desafio que nós estamos vivendo hoje. É um desafio de opulência, de expansão, de crescimento, mas se dá basicamente à margem das instituições, que, justamente, a grande imprensa fez questão de quebrar. Mas a grande imprensa também vive uma crise, a oposição, hoje, ao Governo Lula é a imprensa, cotidianamente. Mas isso não bate nessa elaboração, nesse novo segmento que está aí, que lidera esse segmento em disputa ainda. Se nós temos a dificuldade de representá-lo, de fazer essa articulação pela maioria, eles também têm. Então, este é um espaço de disputa.

participa da política. Se quisermos considerar, justamente, essa classe-média emergente, é uma classe-média que está fora da política. Ela é produto do descrédito que se construiu em torno das instituições de representação de interesse, em torno dos sindicatos. Como todos sabem, os sindicatos, nos anos 80, disputaram com os correios o índice de credibilidade. Mudou muito isso.

O movimento organizado descredita as organizações democráticas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações de bairro. O fato novo da democracia brasileira, nos anos 70, na redemocratização que se inicia nesta época, é a presença de novos atores: trabalhadores, originários dos movimentos sociais e esse fato novo resultou na oxigenização das instituições, do sindicalismo, das organizações de bairro, dos movimentos de igreja. Essas instituições foram fortemente desacreditadas nos anos 90, no neo-liberalismo.

Então, a estruturação ou a desestruturação da sociedade, nos anos 80 e 90, fez com que a emergência de novos segmentos sociais se dessem à margem das instituições de diversos interesses. Os jovens não par-

Ipea abre concurso público

Oitenta servidores efetivos, com salário inicial de R\$ 10,9 mil, serão contratados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Um concurso para nível superior, marcado para novembro, abrirá 62 vagas para Técnicos de Planejamento e Pesquisa; 10 para Técnico em

Desenvolvimento e Administração e 8 para Analista de Sistemas. Em 44 anos, o maior número de cargos oferecidos em concursos do Ipea foi de 40 vagas. A atual equipe de 224 pesquisadores na ativa terá uma expansão superior a 25%.



A mistura da engenharia com o cultural

Raul Pessôa

Gostei! Muito bom! Sensacional!
A mistura do *cultural* com o estrutural
O sentimento com o cimento
Os mistérios do Ser com a técnica do fazer

O homem com muito esforço e saber, com a pesquisa tenta
O que a natureza com a maior simplicidade, inventa
Voar e planar qualquer pássaro faz
Mas e a engenharia aeronáutica com seus aviões, a eles não se iguala jamais

Vejam na natureza a questão da dureza
Ela mesma produz e cria com beleza
Os cientistas mortais, os engenheiros da metalurgia
Para produzir material mais duro pesquisam noite e dia

O homem tem pressa
Isso na natureza não interessa
Ela inova, transforma, acomoda o meio natural lógico

Os da engenharia ambiental a tudo assistem e dizem que é equilíbrio ecológico

E as criações do lago, montanha e da caverna, de muita idade
O homem já encontrou tudo pronto, testado e com qualidade
E a engenharia civil estuda, pesquisa e faz construção
Mas não com a especificação tão perfeita que supere a natural duração

Chegou em boa hora a idéia genial
Vamos reforçar a engenharia com o *cultural*
Apoiado o jornal!
Que tem o belo início de defender a causa sindical

Está no espírito, no escopo e propósito do *Jornal do Engenheiro*
Abraçar o *cultural* não é difícil, é ver o homem primeiro
Parabéns aos idealizadores pela idéia brilhante,
Sei o que digo porque sou engenheiro do sócio-cultural atualmente, atuante

Tem muito para seus leitores, este jornal inovar
Abram espaço para o *cultural* ocupar
Idéias não vão faltar
Antecipem o lançamento, não esperem tantos meses passar

A engenharia com a cultura unida
Será o casal perfeito com a felicidade garantida
O Brasil será o grande beneficiado
E a população em côro dirá, *Jornal do Engenheiro*, obrigado

* **Raul Pessôa** é engenheiro civil, especializado em obras hidráulicas. Diretor-Presidente da Associação dos Rondonistas do Estado do Rio de Janeiro /PROJETO RONDON-RJ.

● A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

CENTRAL

Empregados da Central têm péssimas condições de trabalho

Baixos salários e demissões preocupam os funcionários da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central). Desde a posse do governador Sérgio Cabral muitos trabalhadores perderam o emprego e estão previstas, ainda este mês, mais trezentas demissões na empresa. E as condições de trabalho são desrespeitosas: mais de 30% dos funcionários têm o salário base bem inferior ao salário mínimo estipulado pelo governo e a maioria deles não têm reajuste desde 1995. O maior salário base de um engenheiro da Central é menor que a metade exigido pela lei do Salário Mínimo Profissional (SMP) da categoria.

O SENGE-RJ faz um alerta para a situação: O governo está provocando o desmonte das empresas do estado, preparando a extinção de todas, exceto da Cedae. Além disso, o governador Sérgio Cabral negociou com a Oportrans o aditivo de 20 anos na

concessão do metrô; e está procurando estratégias para prorrogar também a concessão do transporte ferroviário para a Supervia. O SENGE-RJ considera isso irregular, porque essa prorrogação, na verdade, é uma nova concessão e sem licitação, conduzida de maneira nebulosa e sem atender aos interesses de transporte da cidade.

O SENGE-RJ também repudia a atitude do governador, que xingou de vagabundos e safados cinco médicos que faltaram ao plantão no Hospital Getúlio Vargas, pois o erro começou com o próprio Sérgio Cabral, esses médicos não eram funcionários públicos do estado.

● Confira na próxima edição do *Jornal do Engenheiro*: Matéria sobre o transporte sobre trilhos no Rio de Janeiro e uma análise das privatizações no setor.

NOTAS

CPRM entra em acordo

● A Companhia de Recursos Minerais (CPRM) fechou Acordo Coletivo de Trabalho com os funcionários. A empresa vai pagar reajuste de 7,80%, mais um nível na tabela salarial. A CPRM garantiu, também, em carta compromisso, efetuar o pagamento e a emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) para todos os profissionais do Sistema CONFEA/CREA.

Apoio à mulher em Furnas

● Importante passo para enfrentar a violência doméstica, a Lei Maria da Penha, que aumenta o rigor das punições de agressões contra a mulher quando ocorridas em âmbito familiar, foi discutida na primeira reunião de acompanhamento do Acordo Coletivo específico 2008/09 dos empregados de Furnas. Nos dias 18 e 19 de setembro, nas dependências da Usina de Campos, os participantes de vários sindicatos de trabalhadores de Furnas aprovaram uma licença doméstica que será incluída no módulo 4.7 do manual de pessoal da empresa.

Reajustes salariais no primeiro semestre de 2008

Nos últimos anos, os trabalhadores brasileiros têm gozado de um cenário favorável à negociação coletiva que resulta, principalmente, do crescimento econômico, da expansão no nível de emprego e da inflação controlada, num contexto político democrático. A junção desses fatores, entre outros particulares a cada setor, segmento ou categoria profissional, tem influído no crescimento do poder de barganha das entidades sindicais de trabalhadores e se reflete nos bons resultados dos balanços de reajustes salariais divulgados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Através do SAS – Sistema de Acompanhamento de Salários, o DIEESE analisou os reajustes salariais de 309 unidades de negociação com data-base situada no primeiro semestre de 2008. O exame dos resultados dessas negociações revelou que em torno de 86% dos reajustes conquistados assegurou, no mínimo, a recomposição da variação da inflação acumulada entre as datas-base, tendo como referência o INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE. Trata-se de resultado inferior ao apurado nas negociações salariais firmadas nos primeiros semestres dos últimos dois anos. Ainda assim, esse patamar apresenta-se como mais favorável, quando comparado ao período compreendido entre 1996 e 2005.

Ainda que tenha havido um aumento no número de negociações com reajustes inferiores

ao INPC-IBGE, os dados revelam que a maior parte destes concentrou-se na faixa até 0,5 ponto percentual abaixo da variação desse indicador. Já dentre as negociações com aumento real, 86% tiveram até 2 pontos percentuais de reajuste superior à variação do INPC-IBGE.

Em fins do primeiro semestre deste ano, presenciemos um repique inflacionário impulsionado pelos aumentos dos preços dos produtos alimentícios sem, contudo, uma contaminação dos demais preços da economia. Dados mais recentes já apontam certa acomodação dos preços, mas, neste ambiente de maior incerteza, as empresas parecem ter-se aproveitado para endurecer ainda mais nas mesas de negociação.

Na comparação entre os primeiros semestres de 1996 a 2008, o presente ano revela o terceiro melhor resultado da série. É preciso lembrar que

Para saber mais sobre o DIEESE, consulte o site www.dieese.org.br ou envie uma mensagem para novosocio@dieese.org.br

**File-se ao
DIEESE! ▶**

um fator da maior importância para o bom desempenho das negociações coletivas de trabalho é o comportamento das vendas e dos lucros das empresas, impulsionados pelo crescimento da economia. A previsão para o segundo semestre de 2008 é de continuidade do bom desempenho apurado até o momento. Ainda que se confirme a piora da situação internacional, os possíveis efeitos negativos sobre a economia real brasileira ocorreriam apenas em 2009. Concretamente, temos indicadores econômicos do primeiro semestre de 2008 bastante favoráveis e, mesmo na hipótese de uma ligeira retração no segundo semestre, devem confirmar um ano de excelentes resultados. Em conjunturas como essa, há margem, não só para a preservação do poder de compra dos salários, mas também para a conquista de aumentos reais.

Leia na página eletrônica do Dieese outras análises e estudos sobre o mundo do trabalho (www.dieese.org.br)

ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o SENGE fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

O ocaso na formação da mão-de-obra ferroviária

Escola técnica é esquecida pelo governo

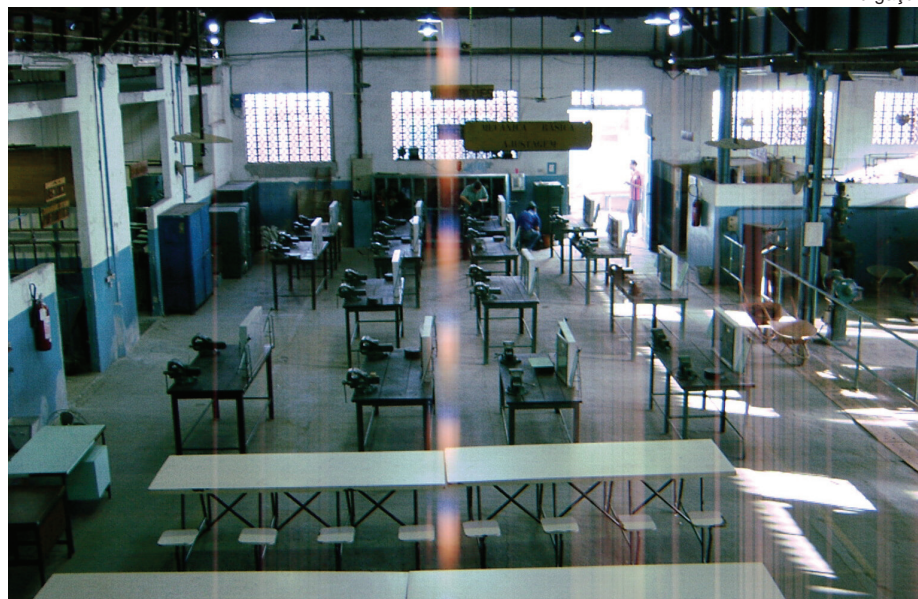
Antonio Carlos Soares Pereira
(Tonhão)

É com grande tristeza que nos deparamos com a atual situação de abandono da Escola Técnica Estadual de Transporte Engenheiro Silva Freire, localizada na Rua Dr. Padilha, 01, no bairro do Engenho de Dentro, ao lado do Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão). Essa Escola já foi o maior, o único e o mais antigo Centro de Formação profissional do setor ferroviário. Inúmeros alunos, já saíam da Escola com seus empregos garantidos na extinta RFFSA.

Com as transferências para a CBTU, FLUMITRENS e ultimamente a CENTRAL, os desinteresses dos governantes foram contribuindo para o ocaso deste outrora centro de referência, fazendo com que fosse se desfazendo com o passar do tempo e se transformando no cenário fantasmagórico atual.

Interessante é que o atual governador Sérgio Cabral Filho não move uma palha sequer para salvar esse patrimônio, que já abrigou o seu digníssimo pai, o jornalista Sérgio Cabral nos seus bancos escolares e nas bancadas de instrução profissional. O mais interessante ainda é a sua preocupação em construir presídios e deixar ruírem-se as escolas. Nos deparamos com o seu desejo de construir o trem-bala ligando as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e ao mesmo tempo deixa acabar uma escola formadora da mão-de-obra para operar e manter esse sistema de trens de alta velocidade.

O SENGE-RJ e a sociedade apelam para que haja o bom senso do atual governo, para que, na onda do PAC, ace-



Divulgação



A Escola Técnica Siiva Freire atualmente abandonada (acima). E antigamente (ao lado) em plena atividade, como centro de referência na formação profissional do setor ferroviário

lere o ressurgimento da Escola Silva Freire, ou então a transfira para a esfera federal, para que nas suas instalações seja criado um CEFET, por exemplo.

É o que o povo do Rio de Janeiro quer, principalmente os jovens, essa

opção de desenvolvimento e enquadramento no caminho do bem, antes que seja tarde demais.

● Antonio Carlos Soares Pereira (Tonhão) é Conselheiro Fiscal suplente do SENGE-RJ.

SENGE-RJ em defesa dos engenheiros da Ampla

● Os sindicatos dos trabalhadores (de Niterói, Campos e dos Engenheiros), após tentativas de acordo e esgotadas todas as possibilidades de conciliação, entraram com ações na Justiça do Trabalho para garantir a manutenção da jornada diária de trabalho anterior à estabelecida pela homogeneização implantada unilateralmente pela Ampla.

O Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Niterói concedeu liminar favorável ao pleito do SENGE-RJ. Por esta razão, todos os empregados da empresa, considerados em seu quadro técnico como engenheiros, independente do seu local de lotação, voltaram a cumprir, a partir do dia 08/9, a jornada de trabalho vigente antes do dia 01/8, sob pena de multa diária de R\$10.000,00 por descumprimento da determinação judicial.

Com relação às horas trabalhadas entre o dia 1º de agosto até a data de retorno à jornada de trabalho anterior à homogeneização, o SENGE-RJ aguardará o julgamento do mérito para pleitear o pagamento do total das horas excedentes trabalhadas pelos engenheiros. Está agendada, para o próximo dia 11 de novembro, a audiência para este julgamento.

ONS em acordos com empregados

● Foi realizada nos dias 23 e 24 de setembro a primeira rodada de reuniões para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2008/2010 do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A empresa sinalizou que vai repor a inflação e aumentar o valor da Performance Organizacional (P.O.), mas os índices ainda estão em discussão com os sindicatos. Além disso, a empresa concordou em pagar o abono por perda de massa salarial de, aproximadamente, 47%, descontando os 10% recebidos em março.

EPE em negociação com os trabalhadores

● Em reunião plenária realizada no dia 02 de outubro na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os trabalhadores deliberaram que seria retirada da pauta de negociações a cláusula do enquadramento dos

concursados. Ficou também acordado que os sindicatos vão procurar a empresa com a finalidade de renegociar as cláusulas pendentes. Os sindicatos se comprometeram a contactar novamente o secretário

executivo do Ministério de Minas e Energia (MME) e presidente do Conselho de Administração da Empresa da EPE, Márcio Zimmermann, para relatar os desdobramentos do processo negocial da EPE.